

Intervenção de

José Mariano Gago

Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Portugal

**Na abertura da Conferência da Presidência Portuguesa da União Europeia
*O Futuro da Ciência e da Tecnologia na Europa***

Lisboa, 8-10 de Outubro de 2007

Com esta Conferência, a Presidência Portuguesa da União Europeia pretendeu chamar ao debate político sobre o futuro da ciência e da tecnologia na Europa os seus protagonistas: naturalmente cientistas e sociedades científicas à escala europeia, assim como laboratórios internacionais e organizações nacionais de investigação, representantes de empresas e de sectores industriais de I&D, agências nacionais e europeias, Universidades, personalidades destacadas na política científica, representantes de governos e de instâncias da União Europeia, designadamente a Comissão, o Parlamento, o Conselho Económico e Social ou o Conselho das Regiões.

A todos agradecemos a participação activa. Destacarei contudo o apoio da Comissão Europeia na realização da Conferência, o diálogo com a ISE na sua preparação, e as valiosas sugestões e propostas que recebemos das organizações e das personalidades participantes.

Há sete anos atrás foi aqui adoptada pelos primeiros-ministros da UE a estratégia de desenvolvimento europeu que viria a ser conhecida como a Estratégia de Lisboa. A sua ambição declarada – transformar a Europa na economia e na sociedade mais dinâmicas do mundo, baseadas no conhecimento, em mais e melhor emprego e maior justiça social – afirmou-se como objectivo político mobilizador.

Em 2000, a ciência entrou pela primeira vez na estratégia política europeia. Desde então, esse lugar reforçou-se e ampliou-se.

Em 2002, o Conselho Europeu adoptou as metas de Barcelona: afectar a I&D 3% do PIB europeu, dos quais 2% privados e 1% públicos.

Mais recentemente, o Conselho reafirmaria os objectivos da agenda de Lisboa, sublinharia a prioridade política no nosso desenvolvimento científico e tecnológico colectivo e a importância da modernização das Universidades e dos movimentos de reforma do ensino superior para a concretização desses objectivos.

A adopção colectiva pelos governos europeus destas prioridades políticas teve consequências. Importa discutir onde houve mudanças, onde pouco mudou e o que há a fazer.

Os Governos e o Parlamento decidiram ampliar muito significativamente o orçamento de I&D gerido pela CE. O 7º Programa-Quadro de I&D, já em vigor, tem mais fundos e maior ambição que qualquer dos anteriores.

No domínio da investigação orientada de interesse industrial estratégico abre-se a parcerias público-privado sob a forma de plataformas de I&D de grande dimensão (as JTI), actualmente em fase final, esperamos, de aprovação concreta.

No domínio da investigação não orientada em todos os domínios científicos, designadamente em ciências básicas e ciências sociais e humanas, a criação do European Research Council, totalmente independente, merece ser saudada como um primeiro grande avanço institucional.

Contudo, e em ambos os casos, é gritante a desproporção entre os objectivos e a lentidão burocrática ou entre a ambição e a concretização institucional. No caso do ERC, entidade que resulta em primeiro lugar da luta à escala europeia da comunidade científica organizada, importará ainda sublinhar que – ao contrário das propostas de JTI, ou do EIT, não estamos ainda perante a criação de uma organização própria, com existência legal, capaz de ombrear com instituições congéneres do outro lado do Atlântico. Trata-se de uma limitação inaceitável que urge superar.

Na sequência da estratégia de Lisboa há que saudar o lançamento do ITER em território europeu, para o desenvolvimento da fusão nuclear, após anos de hesitações que superámos precisamente a partir de 2000.

Talvez contudo o exemplo da criação do ERC seja o paradigma das melhores mudanças induzidas nas dinâmicas da política científica na Europa após Lisboa. Em torno desse objectivo mobilizaram-se associações e sociedades científicas europeias, assim como a ESF, alguns grandes laboratórios europeus, a Associação Europeia das Universidades e outras instituições e atraiu-se o apoio de governos e parlamentares. Este movimento trouxe para a política científica um número elevado de cientistas, superou as especificidades nacionais, e mostrou como era possível promover formas de informação e de organização simples e eficazes.

A criação da Initiative for Science in Europe – que congrega hoje já inúmeras sociedades científicas de diferentes domínios à escala europeia – foi parte deste processo e seu resultado. Também esse mesmo movimento de organização iniciado ou acelerado em 2000 estimulou a formação do Eiroforum (plataforma dos grandes laboratórios europeus), a consolidação do Eurohorcs (plataforma das agências nacionais de financiamento da investigação), o reforço da ESF (Fundação Europeia para a Ciência), o novo fôlego de outras organizações federativas, como o Ecsite (Associação Europeia de Centros e Museus de Ciência), ou o surgimento de iniciativas europeias associativas novas como o EuroScience Forum.

Em comum, estes movimentos participam e contribuem para a mobilização de pessoas e instituições em torno da definição, ou da ambição, de novos objectivos de política científica a que se tem juntado, crescentemente, a voz de cientistas eminentes, designadamente de muitos laureados com o prémio Nobel, conscientes da importância da sua participação pública. Estamos perante formas de apropriação social novas à escala europeia, próprias de sociedades capazes de níveis superiores de desenvolvimento científico. São sinais de progresso e bases críticas para o nosso desenvolvimento colectivo que quero solenemente saudar com justificada esperança.

Temos hoje instrumentos de política comum, assentes na execução do Programa-Quadro e dos seus novos e reforçados objectivos.

Mas, não sendo a Europa um Estado ou uma Federação, o essencial do progresso científico resultará das políticas nacionais de cada estado membro e das formas de cooperação que entre si livremente decidirem estabelecer.

Assim sendo, há que saudar este sinal dos tempos: nos últimos anos, as políticas nacionais de C&T adoptaram, no essencial, metas e objectivos europeus.

Podemos mesmo afirmar que o acréscimo de energia necessário ao desenvolvimento científico europeu deverá essencialmente assentar, nos próprios anos, em políticas nacionais de maior prioridade à ciência.

A batalha por recursos humanos mais qualificados é a da cultura científica em cada uma das nossas sociedades e em cada país.

O esforço por maior prioridade orçamental ao investimento público em ciência inscreve-se nas reformas nacionais da despesa e do investimento públicos e não é possível sem a reforma de formas improdutivas de administração, consumidoras de recursos necessários, e sem a reforma dos próprios sistemas de ensino superior e de investigação em muitos países.

A melhoria das condições para o investimento privado em I&D insere-se na estrutura económica de cada país ou região e responde aos investimentos públicos em educação, formação avançada, investigação e infra-estruturas, a sistemas fiscais apropriados, assim como aos esforços nacionais de redução da burocracia e dos custos de contexto. Mas responde também à necessidade de confiança dos agentes económicos, capaz de sustentar os investimentos de longo prazo necessários ao desenvolvimento científico.

Em todas estas vertentes, e citei-vos as três grandes linhas de prioridade da nossa presidência da UE nesta área, trata-se de políticas nacionais e de prioridades nacionais.

Objectivos europeus, políticas nacionais: este é possivelmente o principal desafio da política científica na Europa para os próximos anos.

Novas políticas nacionais, capazes de responder aos desafios europeus, e de multiplicar parcerias internacionais entre universidades, redes inovadoras de instituições, agências nacionais e regionais, laboratórios e empresas, de criar, em conjunto novas infra-estruturas de investigação, e de reforçar os grandes laboratórios europeus de investigação.

Trata-se não apenas de atrair e de fixar investimento, inovação e emprego, mas essencialmente de reforçar drasticamente a capacidade de competição à escala mundial por investigadores e estudantes qualificados.

O que hoje faz o CERN pela Europa, atraindo ao espaço europeu as competências e os recursos mundiais, deve multiplicar-se. A liderança que dispomos em matéria de redes académicas de investigação e de GRID deve dar-nos a ambição de explorar as novas

formas de fazer ciência e de a publicar e organizar tornadas já hoje possíveis. Trata-se de libertar generosamente recursos e de abrir e qualificar instituições respeitáveis mas limitadas tornando-as europeias e internacionais.

Acreditamos que os objectivos gerais da agenda de Lisboa podem agora ser traduzidos em indicadores de progresso mais visíveis, e mais próximos.

Promover um fluxo de atracção para a Europa de cientistas de todo o mundo que inverta as tendências actuais e contribua para a aceleração do nosso crescimento é um objectivo concreto e mensurável que deve estimular a definição de políticas de recursos humanos convergentes à escala europeia, e de políticas comuns de imigração consistentes com este objectivo.

A nossa ambição para a próxima década: Vir a atingir cinco por cento de crescimento anual nas entradas líquidas de cientistas e estudantes de fora da Europa. Inverter o actual fluxo negativo de recursos humanos entre a Europa e os Estados Unidos, como medida das capacidades da Europa e do reforço da cooperação científica, tecnológica e universitária transatlântica. Atingir cinco por cento de crescimento no movimento de atracção para estudos e profissões científicas e técnicas de mais jovens europeus e, especialmente de mais mulheres, cujo afastamento das carreiras científicas em muitos países europeus é um anacronismo injusto e perigoso.

É tempo de agir!